

# RACIONALIDADE E CULTURA MARÍTIMA NO NORDESTE BRASILEIRO ETHOS PESQUEIRO E RACIONALIDADE ECONÔMICA EM DUAS COMUNIDADES COSTEIRAS NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

*Rubens Elias da Silva\**

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

RECIBIDO: 31 DE NOVIEMBRE DE 2015; ACEPTADO: 15 DE MAYO DE 2016

*Resumo:* Este artigo tem como objetivo compreender a racionalidade da produção da pesca artesanal em duas comunidades no Rio Grande do Norte, Brasil e os conflitos decorrentes do impacto social sofrido por estas em face às transformações culturais e econômicas locais. Para que se entenda a dinâmica desse processo social, é necessária a análise do ethos pesqueiro enquanto peculiar das culturas haliêuticas e os desafios deste com a introdução de novas tecnologias que reorganizam o espaço da produção da pesca, agravando a fragmentação do trabalho pesqueiro local.

Palavras-chave: pesca artesanal, ethos pesqueiro, maritimidade, racionalidade econômica, fragmentação do trabalho.

*Resumé:* Cet article a l'objectif de comprendre la rationalité de la production artisanale de la pêche au sein de deux communautés du Rio Grande do Norte au Brésil et les conflits qui en découlent face aux transformations culturelles et économiques locales. Pour comprendre la dynamique de ce processus social c'est nécessaire l'analyse de l'ethos péculière des cultures halieutiques et les défis de l'introduction de nouvelles technologies qui reorganisent l'espace de la production de la pêche de la ce que rend plus grave la fragmentation de la pêche locale.

Mots clés: pêche artisanale, ethos de la pêche, maritimé, rationalité économique, fragmentation du travail.

\* Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Professor Adjunto II do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Socioantropologia da Pesca no Baixo Amazonas. Vice-coordenador do curso de graduação em Antropologia/UFOPA. UFOPA/Amazonia Boulevard. Avenida Mendonça Furtado, 2946, Fátima, Santarém, Pará, Brasil, CEP 68040-470, e-mail: mytheores@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da pesquisa de campo para o doutoramento em sociologia empreendida ao longo de três anos em duas comunidades costeiras do sul do Rio Grande do Norte. É interesse da Sociologia da Pesca ou Antropologia Marítima investigar as dinâmicas sociais que envolvem as sociedades costeiras e a inserção destas em contextos socioeconômicos transformados pela introdução de novas tecnologias, o que reflete numa discussão atual e urgente no âmbito das Ciências Sociais (Breton, 1981; Britto, 1999; Diegues, 2004). A investigação aqui procura problematizar a articulação de um *ethos*<sup>1</sup> pesqueiro enquanto prática social específica nas duas comunidades observadas e o desenvolvimento de uma racionalidade econômica nesses grupos, fomentando a urgência do debate nas Ciências Sociais a respeito de práticas econômicas não hegemônicas (em nosso caso, as práticas sociais ligadas à pesca da Costa Sul potiguar) e sua intercambiação conflituosa com práticas econômicas de mercado. Este trabalho<sup>2</sup> pretende levantar o debate acadêmico a respeito de um *ethos* específico<sup>3</sup> —compreendido como vetor de construção de uma racionalidade econômica— em determinados contextos culturais —no caso, sociedades costeiras no Nordeste brasileiro— e a introdução de uma nova ordem social ditada pela lógica do capital no espaço de produção da pesca. Essa nova ordem, de acordo com dados etnográficos colhidos *em campo*, reflete-se num processo de fragmentação do trabalho pesqueiro cuja introdução de instrumentos técnicos de trabalho como motorização dos botes, capacidade de refrigerar o pescado na embarcação —evitando sua rápida perecibilidade— e, ultimamente, a larga utilização do GPS<sup>4</sup> reestruturam os meios de produção da pesca em pequena escala comercial<sup>5</sup> e trouxe consigo novas formas de

<sup>1</sup> Segundo Geertz (1973), *ethos* compreende os aspectos morais e estéticos de uma dada cultura e o modo dela julgar, conhecer e existir numa determinada visão de mundo.

<sup>2</sup> Quando referir-me à gente do mar, é necessário entender que tanto se refere aos pescadores artesanais que produzem no mar ou no estuário (rio).

<sup>3</sup> Entende-se aqui como *ethos* específico a *maritimidade*. Seria o modo de ser e agir dos grupos de trabalho pesqueiro no mar, que orientam o trabalho a partir de disposições espaço-temporais específicas, como compreensão do regime das marés e dos ventos, identificações de cardumes, no que concerne a aspectos cognitivos de entendimento do meio; outro aspecto relevante, segundo autores que discutiram essa singularidade da gente do mar, o trabalho pesqueiro articula-se dentro de padrões de parentesco e vizinhança, cujos laços do grupo são articulados pela fé e confiança.

<sup>4</sup> O sistema de posicionamento global (*Global Positioning System*) é um sistema de navegação por satélite que fornece dados sobre a posição do mesmo, tanto quanto a informação horária, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar no globo terrestre.

<sup>5</sup> Segundo Diegues (1983), a pesca de pequena escala comercial consiste numa das categorias tipológicas que compreende a pesca artesanal mercantil simples. Ela é desenvolvida em regiões próximas à costa, os embarcados pertencem a uma mesma família, grupo doméstico ou mesmo numa relação de parentesco que transcende a consangüinidade, como as relações de vizinhança e

sociabilidades e engajamentos. É necessário frisar que a reestruturação dos meios produtivos —conforme veremos ao longo deste artigo— afeta a disposição espaço temporal do trabalho da pesca em pequena escala. Somando-se a isso, o *locus* do trabalho da pesca passa por um processo de reestruturação espacial, objetivado pela especulação imobiliária e a adequação das comunidades em questão ao apelo turístico de lazer.

No bojo dessas transformações sociais e suas disposições técnico-espaciais, tem-se observado que o “progresso” técnico não resultou em condições de vida favoráveis a todos os envolvidos diretamente nesse processo social. É possível afirmar que as sociabilidades desenvolvidas na produção foram afetadas pelas transformações sociais ocorridas no processo do trabalho em terra? Em caso afirmativo, ainda faz sentido afirmar na singularidade do *ethos* pescador enquanto balizador de sociabilidades que circunscrevem a lida no mar e na terra? A partir do exposto anteriormente, como essas sociabilidades são viabilizadas por um determinado *ethos* particular mediante ao crescimento e a legitimação de práticas sociais exógenas, entendidas enquanto sociabilidades direcionadas para atender necessidades de mercado de lógica capitalista? Sem dúvida, as necessidades de mercado enfocadas anteriormente referem-se à inserção do trabalho assalariado —consumado pelo crescimento de demandas turísticas e imobiliárias— na rotina das famílias dos pescadores artesanais, que não só reformulam e ressignificam o “ser pescador”, mas a própria percepção dessas comunidades sobre o modo de ser e agir no mundo social cada vez mais integrado à lógica do mercado globalizante.

#### ASPECTOS METODOLÓGICOS

O levantamento dos dados deu-se através da etnografia tornada concreta pela observação participante, que nos ofereceu os contornos necessários para se observar o que se passa na nossa frente ou atrás, escondido ou oculto (Espinheira, 2008). Aliada à observação participante, a etnografia faz-se necessária como método sofisticado de entendimento da cultura do outro, através de uma descrição densa e reveladora das dinâmicas sociais envolvidas no trabalho de campo

compadrio. A divisão do trabalho é simples, cujo dono do barco participa ativamente do processo produtivo. Em Baía Formosa e Barra do Cunhaú, segundo alguns pescadores entrevistados, o sistema de remuneração é organizado por parceria, os embarcados recebendo até 30% do valor total obtido com o pescado capturado. Desse modo, a modalidade de atividade pesqueira a que se refere este artigo é um tipo híbrido com elementos ainda artesanais, conforme veremos adiante, associados a fatores técnicos presentes na pesca comercial, tais como motorização das embarcações, uso de GPS (*Global Positioning System*) e o condicionamento do pescado em recipientes com gelo.

(Geertz, 1973). O resultado desse empreendimento em campo é a transferência de uma cultura que se desenvolve no vagar das ruas, encontrando seus atores sociais, nos espaços de convívio e interação para uma forma textual e intelectualizada (Clifford, 2002).

A etnografia foi um método de pesquisa utilizado amplamente pela antropologia nos séculos XIX e XX. Desempenha papel metodológico fundamental no campo das Ciências Humanas, uma vez que possibilita a observação e análise de sociedades consideradas em sua particularidade (Clifford, 1998; Béaud; Weber, 2007). Este método de observação torna possível a proximidade cultural entre os agentes envolvidos, permitindo o que se denomina de encontro entre subjetividades reciprocamente referidas (Gonçalves, 2010). Com isso, foram selecionados através de contatos interpessoais, os sujeitos diretamente envolvidos na atividade pesqueira, tomando como referência o tempo de trabalho na pesca, faixa etária e, principalmente, através do conhecimento empírico adquirido ao longo da vida.

Para que este presente trabalho não perdesse de vista uma abordagem sociológica estrutural, decidiu-se compreender o espaço das relações de produção da pesca a partir de vários sujeitos: pescadores, mulheres diretamente envolvidas na atividade pesqueira e jovens. Estes sujeitos trabalham na pesca entre dez a trinta anos na pesca, em sua maioria inscritos na Colônia de Pescadores, renda entre um e três salários mínimos, nível de escolaridade perfazendo o ensino básico e fundamental completos. O detalhamento das experiências individuais para compor o quadro analítico deste trabalho, determinou-se que estas experiências seriam coletadas dentro de uma proposta metodológica eficaz denominada história de vida. Sendo assim, as experiências adquiridas ao longo da vida nas águas, o trabalho em grupo, os conflitos que daí resultam, as solidariedades desencadeadas, as percepções de tempo e espaço no trabalho pesqueiro, as expectativas quanto ao futuro da atividade de captura do pescado, a representação que fazem de si, do outro e do mundo do mar são elementos de investigação que compõem o mosaico social. Este “mosaico social” torna evidente que as experiências pessoais, as relações sociais de produção, as percepções do espaço e do tempo da pesca fazem parte não de experiências individuais e residuais, mas de experiências reciprocamente referidas dotadas de significado para o grupo social. Assim, pode-se elaborar um esboço macro de uma identidade singular do grupo investigado, organizada sob o princípio de “maritimidade” (Breton, 1981).

Com relação à captação de dados, as entrevistas foram construídas numa proposta dialogal, deixando espaço para que os entrevistados pudessem falar espontaneamente sobre um assunto que considerasse importante e que, a partir disso, novas questões pudessem ser formuladas.

## OS ESPAÇOS SOCIAIS DA PESQUISA DE CAMPO

Os *loci* da pesquisa de campo compreendem as comunidades costeiras de Barra do Cunhaú, localizada no município de Canguaretama e Baía Formosa, ambas situadas no litoral sul potiguar. Barra do Cunhaú é uma comunidade costeira do município de Canguaretama que tem como principal atrativo de ordem econômica o mercado turístico, que abriga *resorts*, hotéis e pousadas na orla da praia local e a pesca artesanal. Segundo Sérgio Canoa e Seu Menininho, a comunidade possui uma população de 3.000 habitantes. Esta localidade já teve a pesca artesanal estuarina e de mar de dentro como significativa atividade econômica, mas em decorrência de muitos fatores dissociativos (questões que analisaremos ao longo do artigo), aqueles que se reproduziam socialmente através da lida pesqueira migraram para o trabalho assalariado ou à informalidade. Mesmo assim, a atividade da pesca de pequena escala comercial ainda se efetua, mas com menor incidência; outras atividades a substituíram em importância, tais como serviços na área de hotelaria e turismo, agricultura extensiva (no caso, o *plantation* de cana de açúcar). Conclui-se então que o setor conhecido como de “serviços” cresceu, concomitantemente com o crescimento da vocação turística do lugar e a reestruturação urbana do espaço (Smith, 1996).

Baía Formosa é um importante município potiguar na produção de pescado. Tem esse nome por conta da baía que se espalha na Praia do Centro. O município de Baía Formosa foi criado pela lei 2.338 a 31 de dezembro de 1958, desmembrando-se de Canguaretama, do qual era distrito. O município está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, na microrregião do Litoral Sul e faz divisa com o Estado da Paraíba. De acordo com o Censo de 2010,<sup>6</sup> Baía Formosa tem uma população estimada de 8.500 habitantes, numa área territorial de 246 quilômetros quadrados. Limita-se ao norte e ao leste com o município de Canguaretama e ao sul com o Estado da Paraíba. A leste, Baía Formosa é banhada pelo Oceano Atlântico. A sede do município está a 6° 22' 10" de latitude sul e 35° 00' 28" de longitude oeste. Baía Formosa é conhecida pelas suas belezas naturais e a economia local é impulsionada pela pesca artesanal, que envolve mais de mil pescadores artesanais cadastrados na Colônia de Pescadores Z-11. A pesca da albacora (*Thunnus albacares*) e da lagosta vermelha (*Panulirus argus*) são as atividades mais praticadas e rentáveis em Baía Formosa. Paralelamente, há a pesca de outras espécies como pargo (*Lutjanus purpureus*), dentão (*Lutjanus jocu*), dourado (*Coryphaena hippurus*), mero (*Epinephelus itajara*), galo do alto (*Selene setapinnis*).

<sup>6</sup> Dado disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>

Os pescadores artesanais de Barra do Cunhaú estão politicamente representados pela Colônia Z-6, fundada em 1916, pertence à sede municipal, Canguaretama. A Colônia, em 2010, tinha 685 associados, sendo que 70% desse contingente refere-se a pescadores do sexo masculino. Segundo Piola, presidente da Colônia local, 90% da população do município depende economicamente da atividade pesqueira e suas derivações, tais como indústria de produção de camarão em larga escala, por exemplo. A Colônia de Pescadores e Agricultores de Canguaretama promove benefícios aos seus associados, tais como aposentadoria, salário maternidade para mulheres e outras assistências sociais. Cerca de um oitavo da população tem ligação direta com o trabalho da pesca artesanal, levando em consideração apenas às pessoas cadastradas na Colônia de Pescadores Z-11. Dentro do universo amostral de cerca de mil cadastrados na Colônia, maioria absoluta é composta por pescadores do gênero masculino. O percentual de mulheres cadastradas é ínfimo. Pode-se explicar esse fenômeno a partir da taxa exigida para efetivar o cadastro, o que onera o orçamento doméstico; pode-se também supor que pelo fato de a pesca local ser majoritariamente realizada em “mar alto”, “mar de fora”, impossibilita a inserção da mulher nas modalidades de pesca existentes em Baía Formosa. Uma das questões assistenciais mais agudas enfrentadas pela Colônia é a ingerência e controle do Estado mediante o cadastramento dos associados para o pagamento do Seguro Defeso.<sup>7</sup> A principal exigência do Estado é o cadastramento de pescadores que pratiquem a atividade pesqueira ao longo do ano e comprove esse engajamento. Vale ressaltar que entre os anos de 2003 a 2007 o número de pescadores beneficiados diminuiu de 249 para 149 em Canguaretama e em Barra do Cunhaú, perfazendo um decréscimo de 59,8%.

Ante aos meandros sócio-econômicos que permeiam a realidade das comunidades, os pescadores relatam que a pesca de pequena escala comercial não supre satisfatoriamente as necessidades sociais, como moradia, alimentação, vestuário e saúde. Desse modo, historicamente a atividade pesqueira articulou-se com outra atividade produtiva, no caso, a agricultura familiar, como nos fala Bigode, 70 anos, pescador de Barra do Cunhaú:

A pesca é uma atividade muito dificultosa... tem dia que você pesca, tem dia que não traz nada... nos meses de frio é um aporreio só porque falta peixe, tem o defeso também, aí todo o pescador que se preze tem que ter seu roçado para plantar milho, feijão, fruta, para passar o tempo... desde que sou vivo as coisas aqui é assim... (sic) (Relato colhido em janeiro de 2009).

<sup>7</sup> Benefício do Estado concedido durante o período de reprodução das espécies para evitar a captura de tanto de espécies *ovadas* (crustáceos e peixes, com maior incidência local).

Percebe-se, então, que o exercício da atividade pesqueira requer uma adequabilidade dos pescadores e familiares envolvidos (nos trabalhos em terra como conserto de rede e confecção de instrumentos de captura de espécies) no que concerne à temporalidade das marés e da vinda de cardumes à costa. Desse modo, é necessário obter outros meios de aquisição de renda, conforme dito anteriormente. Nas duas localidades, a agricultura assumiu caráter vital para a reprodução social das famílias ligadas à pesca. No período de outubro a dezembro (agora, estende-se até janeiro), a captura da albacora gera renda para pescadores, meeiros<sup>8</sup> e comerciantes. A pesca de pequena escala comercial destaca-se como fundamental espaço de produção econômica para a população de Baía Formosa e, em menos intensidade, Barra do Cunhaú.

A atividade pesqueira anterior à introdução de novos objetos técnicos (Santos, 2008), tais como GPS e telefonia móvel, desenrolava-se dentro de uma ordem social pautada pelo ritmo natural: a sucessão das estações do ano, os regimes das marés e a época de determinadas espécies de peixe ou crustáceo compreendem o tempo e espaço ecológicos; no entanto, a relação entre regime das marés e tipo de pescado disponível para captura, embarcações e instrumentos adequados para o trabalho alinhavam-se ao tempo e espaço socializados.

Deste modo, as categorias de espaço e tempo eram organizadas segundo adequações ecológicas para a reprodução social das comunidades pesqueiras. Essa observação empírica não quer dizer que nos tempos atuais não ocorra a disposição espaço temporal mediada pelo ritmo da natureza. Como comemora Bambaú, pescador de Baía Formosa:

A época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... (janeiro de 2011).

É necessário frisar que a fala de Bambaú sugere que a transformação técnica e tecnológica no âmbito da pequena produção pesqueira reorganizou a disposição do tempo e do espaço resultando numa outra tipologia de racionalidade, conforme veremos em seguida. Em Barra do Cunhaú e Baía Formosa, há a coexistência de uma nova forma de percepção do tempo-espaço da produção pesqueira e que reorganizou a estrutura de trabalho e imprimiu uma racionalidade econômica no cotidiano das práticas sociais. Vejamos a fala de Calafate, pescador de Baía Formosa:

<sup>8</sup> Termo conhecido localmente para designar “atravessador”.

Quem se dedica à pesca vive hoje de forma mais fácil, o GPS facilitou muito, a tecnologia, tá tudo muito mais moderno, entende?... mas as coisas não são tão fáceis assim não, a pesca está difícil, só fica quem tem muita força de vontade... quem afraça tá procurando outros meios, a pesca está complicada por conta do rendimento baixo, terminam indo para outras cidades...

Assim, o espaço da produção pesqueira sofreu alterações radicais nos últimos vinte anos. Há trintas anos atrás, o binômio tempo-espaço era enxergado como categorias complementares e indissociáveis e dava autoridade ao mestre sobre o trabalho pesqueiro. Tanto do ponto de vista da experiência e do conhecimento sobre o mar. De acordo com os relatos de Bambaú e Calafate, a liderança do trabalho embarcado na pesca, representado pela figura do mestre, foi decisivamente ressignificado com a introdução do GPS, principalmente, no processo de demarcação e reconhecimento de territórios para captura de cardumes. Essa liderança, segundo Maldonado (1993), estava fortemente ligada à cognição pesqueira acumulada durante anos de labuta no mar. Vejamos como a chegada do GPS modificou a estrutura hierárquica e de legitimidade do mestre no barco enquanto detentor de conhecimento na esfera pesqueira:

O GPS é bom porque é isso, o meu quebrou, eu perdi os lugares que eu marquei com o aparelho... mas eu sei me orientar pela terra, todo tipo de pescado a gente pega... hoje, o cara tendo esperteza, usando o GPS, se tiver um barco já pode se dizer mestre! (sic) (Badoque, Baía Formosa, setembro de 2011).

Nos tempos atuais, podemos afirmar que na pequena pesca comercial inseriu-se um tipo de racionalidade técnica (que instaura uma nova racionalidade econômica) que Santos (2008) cunhou de *tecnosfera*. Ela seria resultado da crescente artificialização dos meios (uso do GPS e da telefonia móvel, que possibilitou o contato com outros pescadores embarcados, no caso de acidentes no mar) que redimensionou o espaço da produção pesqueira. Acrescenta-se a isso a transformação do espaço de produção da pesca tornar-se um conjunto de sistema de objetos e ações, cada vez mais eficazes movidos por uma racionalidade obediente à razão do instrumento (Santos, 2008). Ademais, ainda faz sentido a defesa de um ethos historicamente vivenciado pelas populações costeiras em contato com o mar e seus regimes “naturais”? Se o espaço de produção da pesca, em Barra do Cunhaú e Baía Formosa, é reestruturado a partir de uma razão econômica cada vez mais técnica, o paradigma da maritimidade precisa ser revisto ou até mesmo questionado enquanto disposição cultural inerente às populações costeiras. O espaço marítimo pode até impor certas limitações de ordem física, no entanto, a inserção de embarcações motorizadas cada vez mais possantes, o uso do GPS e telefonia móvel e refrigeração a bordo parecem reduzir qualitativamente o



risco e o perigo no mar (Giddens, 1991), aumento da capacidade de exploração do território marítimo e a conservação por mais tempo das espécies capturadas no mar. Santos (2009) afirma com propriedade que as tecnologias não são uma esfera da realidade, mas um ordenamento da realidade com uma racionalidade própria. Acrescentamos ainda um ordenamento nessa racionalidade: a ambigüidade e o paradoxo. Sem dúvida, essa nova estruturação da pequena produção da pesca demandou uma racionalidade econômica preocupada com a eficiência e redução de riscos e o aumento crescente de concentração de capital, não necessariamente entre os embarcados, mas entre atravessadores e comerciantes do pescado. Paradoxalmente, a conquista de novos espaços de produção pesqueira, a aquisição de tecnologias “caras” não resultou em melhores condições de vida entre os “trabalhadores do mar”.

Ao lado das transformações no âmbito da racionalidade econômica de pequena pesca mercantil, tem-se a “problemática” do processo de desagregação do espaço da produção pesqueira em Barra do Cunhaú. Trata-se da crescente valorização dos terrenos próximos ao mar, cujo espaço passa a ser reestruturado para fins imobiliários e de usufruto turístico. Conforme relata dois pescadores:

A gente morava na parte da frente da praia. Era uma coisa boa... aí os donos começaram a vender os terrenos, o único pescador que tinha terreno era João Paulo. Quando os donos começaram a vender os terrenos, começaram a chegar os turistas, as pousada, os hotel... No setor onde eu moro não havia casa... ficava na primeira rua, quem morava aqui era Raimundo Aleixo, Seu Hipólito, Paulo de Nara, Agripino e Seu Antonio Letício... (sic) (Seu Bezerril, pescador de linha e tarrafa, relato colhido em junho de 2009).

Pescar hoje está complicado. Tem esse negócio de kitesurf que não respeita pescador... eles tomam toda a orla da praia... Quase todos os pescadores venderam suas casas que ficavam próxima da praia e no lugar cresceu esses hotel aqui... cabana de pescador nem existe mais... (Seu Lelê, pescador de tarrafa, relato colhido em maio de 2009).

Conforme os relatos acima, é possível afirmar que o espaço anteriormente voltado para a produção pesqueira foi gradativamente reestruturado seguindo uma lógica da “cidade”, do “urbano”. Os espaços da praia e do mar, antes *loci* de práticas de trabalho, foram apropriados para o usufruto de turistas e veranistas, impondo novos estilos de vida e sociabilidades (Featherstone, 2000), situação encontrada por Merlo (2000), em Ilha Bela, estado de São Paulo, Brasil, através de uma pesquisa etnográfica empreendida pela memória social do lugar e que percebeu, ao longo de décadas e reavivadas pelo processo de reconstrução histórica da lembrança, radicais transformações sociais do espaço vivido, confundido com o espaço da pesca. Fenômeno social semelhante ocorre em Baía Formosa: o espaço da praia foi lentamente sendo ocupado por “turistas estrangeiros” que se

“encantaram” com as belezas do lugar e instalaram ali pousadas, hotéis e condomínios de luxo. No caso dos condomínios de luxo é possível citar o enobrecimento da Praia do Bacopari, com seus resorts e chalés disponíveis para turistas e brasileiros. Toda a exploração dessa “exoticidade” dá-se por meio das políticas municipais de turismo implantadas nas duas comunidades pesquisadas que alteram os hábitos e modos de vida cotidiana dos pescadores, em especial dos jovens, que não “intencionam” seguir a labuta dos pais. Segundo afirma dois pescadores:

Eu tenho 5 filhos, nenhum trabalha com a pesca, um andou trabalhando mas não agüentou a carga de trabalho não, é uma rotina pesada, ele trabalha com um negócio lá em Pipa, eu vivo separado... (Badoque, setembro de 2011).

Nenhum filho meu trabalha na pescaria não, nenhum quis, foram trabalhar com ônibus, pesca é meio ruim, não é bom não, o mar cobre tudo (aponta em direção à Barra do Cunhaú) você vai parar na Barra, tem bugue, antigamente tudo era de pé mesmo... (Tinho, setembro de 2011).

O desinteresse dos filhos pela continuidade da atividade pesqueira contrasta com o fato de parte significativa dos jovens trabalha nesses *resorts* como zeladores, garçons, copeiros e camareira. Em torno desse processo produtivo, há uma cadeia de serviços que orbita sazonalmente e produz capital para reprodução social das famílias envolvidas. Poderia a inserção desses novos estilos de vida uma das variáveis que explicaria o desinteresse dos filhos de pescadores em aprender a faina pesqueira? É uma questão a considerar, uma vez que a introdução de novos hábitos e estilos de vida no cotidiano das comunidades aqui analisadas requerem novos engajamentos por parte dos comunitários. Sendo assim, o espaço de produção da pequena pesca comercial sofreu alterações de duas naturezas: uma, que concerne ao processo de mapeamento do território marítimo cada vez mais eficaz e impessoal; a outra, diz respeito ao paradoxo enfrentado por essa modalidade pesqueira que, apesar da introdução de novas tecnologias, possui baixa capacidade de acumular capital, o que desencoraja os mais jovens em seguir o ofício de pais e vizinhos.

#### *ETHOS PESQUEIRO E MODO DE VIDA:* EXPERIÊNCIAS DE VIDA E RELATOS DO PRESENTE

Os interlocutores entrevistados ao longo da pesquisa de campo foram selecionados a partir de critérios rigorosos para atender às necessidades metodológicas dessa investigação sociológica. Esses critérios foram definidos a partir das seguintes condições: os pescadores artesanais (do gênero masculino e feminino) deveriam ter, no mínimo, 20 anos de trabalho pesqueiro artesanal e idade mínima de 36 e

máxima de 80 anos. O contato estabelecido entre pesquisador e interlocutores foi desenvolvido através de relações interpessoais, cujo *approach* com novos colaboradores da pesquisa era possibilitado pela indicação prévia de um interlocutor consultado.

O levantamento dos dados em campo deu-se com o método de observação cunhado como observação participante, que compreende na participação negociada entre pesquisador e grupo pesquisado para obter conhecimentos sobre a dinâmica social da comunidade, do grupo ou de situação determinada (Gil, 2008). A integração do pesquisador nos *loci* envolvidos na pesquisa de campo efetivou-se de modos distintos, oriundos do nível de empatia, envolvimento e de elementos subjetivos que são inerentes à natureza da pesquisa que se constrói num campo de trocas intersubjetivas.

Uma importante contribuição em relação às sociabilidades desencadeadas a partir das relações de produção da pesca deu-se através do campo de investigação da Antropologia Marítima que “estuda a variedade e complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho que daí retiram sua subsistência” (Diegues, 2004:53). Esta se interessa em investigar o modo de vida da gente do mar segundo o particularismo cultural próprio dela (Diegues, 2004; Breton, 1981). Deve-se apontar que o particularismo da gente do mar desdobra-se a partir de múltiplos caracteres sociais. O primeiro decorre do fato que o espaço da produção é de apropriação comum (Arce, 1979; Breton, 1981; Britto, 1999; Diegues; Moreira, 2001; Maldonado, 1993) dos recursos pesqueiros disponíveis. Esta peculiaridade do espaço produtivo reverbera na percepção que as comunidades costeiras elaboram a respeito do mar e que repercute nas relações sociais estabelecidas na terra e no mar, com encaminhamentos distintos e próprios (Maldonado, 1993). A respeito da percepção do espaço produtivo e a peculiaridade inerente das sociabilidades engendradas nas duas comunidades costeiras aqui investigadas, podemos apontar o comentário de Badoque, mestre, 48 anos, de Baía Formosa:

Se eu acho uma coisa, uma pedra cheia de peixe, tem uns que saem, disfarçam... tem outros que fica para ajudar o próximo... é você ter uma coisa e dividir com o outro, o pescador é solidário e muito, o peixe não tem toda hora você não pega nada, a orientação é de Deus (sic).

João Sardinha, pescador de arrasto, 78 anos, de Barra do Cunhaú, nos fala o seguinte:

A gente tem que se ajudar... é assim mesmo, a pescaria é ajuda, camaradagem... o nosso ouro, a nossa riqueza é a pedra, a loca de peixe... também tem o caso do

pescador, do camarada adoecer e a gente trazer o peixe do mar e entregar na casa do amigo...

Nesse contexto de pesquisa, procurou-se investigar no campo, através do relato de pescadores artesanais, como o *modus vivendi* das comunidades costeiras em questão foi modificado em consequência das transformações sociais ocorridas ao longo dos últimos vinte anos. Sendo assim, as práticas sociais aqui debatidas são enxergadas e analisadas tomando como aporte teórico-prático a percepção dos agentes envolvidos numa realidade imanente numa relação dialógica entre um passado constitutivo de práticas sociais edificadas por um *ethos* específico e um presente reorganizado segundo o processo de reestruturação espaço-temporal. Como nos dizem:

A pesca era pelas estrela, pelo céu, naquele tempo era só orientação pelos planeta, o GPS agora ajuda muito, tem menos sofrimento... o mestre do bote ficou meio no meio da luta, o GPS marca os ponto, o ponto de pescar, as pedra... o mestre tem que continuar trabalhando, vai passar fome não... mas mudou muito... a época mudou, o sistema do pescador mudou, no barco tem colchão, seu lençol para se agasalhar, tem celular, se aqui tiver um cardume de peixe, o GPS marca... antigamente quem marcava era a gente... o mestre hoje em dia é sabido por causa do GPS, ele marca tudo... Bambaú, mestre, 71 anos – Baía Formosa.

Quem se dedica à pesca vive hoje de forma mais fácil, o GPS facilitou muito, a tecnologia, tá tudo muito mais moderno, entende?... mas as coisas não são tão fáceis assim não, a pesca tá difícil, só fica quem tem muita força de vontade... quem afraca tá procurando outros meios, a pesca está complicada por conta do rendimento baixo, terminam indo para outras cidades... Calafate, pescador, 41 anos – Baía Formosa.

De modo geral, a produção da pesca local era destinada para o sustento familiar na qualidade dúplice de, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades de sobrevivência familiar e grupal e o pescado restante ser destinado à venda no mercado para a obtenção da capital necessário para a compra de remédio, roupas e cereais. No entanto, o capital conseguido através da comercialização do pescado não possibilitou a reprodução social dos pescadores artesanais em termos ideais, conforme está presente na fala Seu Tinho, construtor de bote aposentado, 80 anos: “nenhum filho meu trabalha na pescaria não, nenhum quis, foram trabalhar com ônibus, pesca é meio ruim, não é bom não...” (sic).

A pesca é uma atividade produtiva que é constituída por grupos de trabalho organizados segundo critérios de reconhecimento comunitário de quem tem habilidades físicas e cognitivas para trabalhar no espaço marítimo. A partir disso, esse reconhecimento é sistematizado através das relações de parentesco e vizinhança, cuja unidade de produção segue a lógica de relações de produção

informais e personalizadas. De acordo com a fala de Seu Tinho há uma flagrante desagregação do trabalho organizado a partir de critérios de reconhecimento comunitário, uma vez que os mais jovens não têm interesse em dedicarem-se à atividade laboral pesqueira. De acordo com dados empíricos de campo, cerca de 65% dos filhos de pescadores artesanais de Baía Formosa e 80% de Barra do Cunhaú dedicam-se às atividades produtivas diversas à pesca, a exemplo do filho de Badoque, que “andou trabalhando mas não agüentou a carga de trabalho não, é uma rotina pesada, ele trabalha com um negócio lá em Pipa”.

Esse fenômeno social que estabelece uma lógica de trabalho estruturada em unidades familiares e camaradas é bastante comum sua ocorrência em comunidades tradicionais pesqueira no nordeste brasileiro (Cavalcanti, 2010; Maldonado, 1993; Ramalho, 2006; Ribeiro, 2011; Woortmann, 1991). Decorre das peculiaridades da lógica da produção da pesca uma forma distinta de racionalidade econômica, entendida como modo de extrair da natureza os meios de existência, as relações sociais daí resultantes e a finalidade dessa relação de produção (Godelier, 1981). Em cada contexto cultural, a racionalidade econômica será desencadeada em decorrência dos valores, crenças socialmente partilhadas pelos grupos sociais envolvidos.

A base ideológica que orientaria as relações de produção nas comunidades pesqueiras seria um comportamento social desenhado a partir do igualitarismo. Os pescadores artesanais seriam iguais e livres na estrutura hierárquica das relações de produção no mar, cuja unidade de trabalho é organizada numa cooperação voluntária, uma vez que “facilitam a coordenação da ação prática e viabilizam a produção pesqueira tradicional (Maldonado, 1993:46). O *ethos* da igualdade seria elemento organizador e nivelador das diferenças e confere solidez às relações sociais no mar. Esse igualitarismo idealista aliado a uma ideia de liberdade no trabalho da pesca é contestável pelo argumento de que, nas condições concreta experimentadas nos dois loci em questão, o respeito e a dominação legítima são construídos a partir das condições materiais do mestre que puder adquirir instrumentos mais eficazes para o trabalho pesqueiro. O respeito dos embarcados pelo mestre altera-se, uma vez que aquele é construído social não apenas por um conhecimento adquirido, mas imposto pela posse de alguma soma capitalística.

É importante frisar que, segundo esta mesma autora, a ética da igualdade revelaria pontos de tensões e conflitos existentes nas relações de produção da pesca, observando-se que “o modo de vida estão ligados à atividade econômica dominante e ligados à residência dos indivíduos” (Breton, 1981:2). Nos estudos antropológicos de sociedades de pescadores há a defesa de que as relações estabelecidas no âmbito da produção pesqueira desenvolvem-se dentro de uma cultura peculiar que se chama *cultura marítima* ou *maritimidade* (Diegues, 2004; Maldonado, 1993). Breton (1981) afirma que a pesca se distingue de outras

produções primárias por conta da especificidade de seu processo produtivo. Na discussão ocorrida anteriormente, vimos que a conceituação de *maritimidade* apresenta limitações de ordem empírica e que a produção pesqueira de pequena escala em Barra do Cunhaú e Baía Formosa, com suas inovações de ordem técnica e tecnológica, nivelam a organização do espaço produtivo num mapeamento que reduz riscos e aumenta a capacidade de exploração do meio, cada vez mais autônomo à liderança do mestre.

Assim, o espaço de produção da pesca nas duas comunidades investigadas compreenderia um *locus* de caráter de ambíguo, coexistindo duas racionalidades: a das comunidades haliêuticas *idealmente* orientadas pelo paradigma da maritimidade (Breton, 1981; Diegues, 2004) em diálogo tenso com a engendradora nas sociedades urbano industriais, orientada para uma lógica sedimentada numa modernidade técnica (Brüske, 2010) e que vem se afirmando como prevacente em Baía Formosa e Barra do Cunhaú. Num contexto de modernidade técnica vigoraria a tríade ciência, técnica e empresa capitalista, que instauraram uma nova lógica espaço-temporal cada vez mais racionalizada. É nessa perspectiva que esta investigação direciona a discussão sociológica, uma vez que percebe-se, ao longo das falas dos pescadores artesanais, uma estreita relação entre conhecimento cognitivo descontextualizado e a necessidade de atender demandas relacionais finalísticas. E essa generalização deve ser vista com certo zelo investigativo, pois os pescadores artesanais já estão inseridos numa “situação que facilita a inserção do capitalismo uma vez que a dissociação entre as forças produtivas e os meios de produção” (Breton, 1981:13), somente acentuam a situação de exploração a que estes estão submetidos ao capital. Como nos fala o pescador artesanal Antonio Madeiro, 41 anos, de Baía Formosa:

Talvez eu não possa informar mais, mas é a safra que define o preço da cioba, da albacora, do dentão... para nós, aqui, eu não vejo pescado caro. Eu vejo aí fora, no supermercado. No supermercado você encontra o quilo da cioba por 14 ou 15 reais... o preço varia de mercado para mercado... (*sic*).

Em Baía Formosa é comum os pescadores oferecerem pescado para famílias de camaradas que estão impossibilitados de ir ao mar trabalhar. O camarada que estiver doente ou impossibilitado de trabalhar no mar, geralmente recebe o “peixe” dos camaradas que voltaram da faina marítima. É um construto social que exerce coesão grupal, pois sinalizam sentimentos comuns como respeito, consideração e união. No entanto, alguns entrevistados (Antonio Madeiro, em Baía Formosa, e Seu Menininho, em Barra do Cunhaú), informaram que estas práticas solidárias persistem precariamente, porém o abandono de tais práticas é visível no cotidiano deles, segundo Antonio Madeiro: “ah, eu quando pesco e o companheiro está doente, eu não me incomodo não, levo na casa dele... mas tem muito pescador

aqui que não ajuda mais de jeito nenhum... só pensa nele e no dinheiro” (*sic*). Seria o caso de a lógica do ganho, da vantagem e do cálculo orientando as práticas cotidianas na esfera da pesca artesanal?

O trabalho nas sociedades tradicionais não possui uma realidade estritamente econômica (Godelier, 1981). Segundo ele, nas sociedades primitivas e rurais, o trabalho é uma operação dupla que tem o aspecto técnico e um aspecto mágico-ritual. Assim, o trabalho enfeixa duas esferas de ação distintas: uma objetiva, que compreende a pesca, a extração do marisco, a venda dos produtos; outra, simbólica, que se efetua na forma como o indivíduo se apropria do mangue enquanto espaço socializado. Desta forma, a relação entre o indivíduo e a natureza traz sempre uma dimensão sagrada e impede de perceber a natureza apenas como um recurso econômico e material. Segundo Durkheim (2000:290) os espíritos nas sociedades aborígenes australianas teriam consciência própria, agindo segundo uma espécie de vontade. Seriam seres oniscientes, uma vez que, presentes em todos os espaços, poderiam afastar-se à vontade para levar uma existência independente no espaço, ou mesmo agir sobre todos os indivíduos que deles se aproximam ou dos quais se aproxima. Num outro trecho das Formas Elementares da Vida Religiosa, o autor explicita que “certamente agem (os espíritos) com severidade, se o homem não se comporta com eles como convém” (Durkheim, 2000:298). Assim, há uma ligação direta entre as ações exercidas pelos indivíduos e, de acordo com a conduta destes, a atuação co-presente do ente sobrenatural através dos interditos ou dádivas, conforme verificou Silva (2011) num estudo etnográfico numa comunidade ribeirinha na Paraíba.

Em Barra do Cunhaú<sup>9</sup> os pescadores artesanais contam que o manguezal é protegido e habitado por um ser transcendental chamado Pai do Mangue e que todos os que adentram nas águas do Rio Cunhaú devem respeitar. Os pescadores artesanais consideram-no como uma “aparição”, um “encantado”. Segundo definição deles, o Pai do Mangue trata-se de um “ser” “invisível, a gente dificilmente vê”, “um espírito que vive dentro do mangue”, “O Pai do Mangue é invisível, ninguém vê ele”. Segundo esses mesmos pescadores, é muito comum encontrar na comunidade companheiros de trabalho que defendem a ideia de que o Pai do Mangue não passa de uma crença ultrapassada: “Isso tudo é mentira. Eu acredito mais em Deus todo Poderoso”, falou-nos um pescador de linha da comunidade. Desse modo, enxerga-se nas duas comunidades investigadas um processo de “modernidade arrasadora” (Haesbaert, 2011), cuja racionalidade econômica em curso sugere esvaziar qualquer prática que não contemple uma

<sup>9</sup> É necessário frisar que em Barra do Cunhaú há a atividade pesqueira em dois espaços: o mar e o manguezal.

separação tácita entre agente social e ambiente natural, que passa a ser um ambiente culturalmente criado (Giddens, 1991).

De acordo com este estudo de campo, pode-se afirmar que está em curso nas duas comunidades o desenvolvimento de uma racionalidade econômica que organiza espaço de produção da pequena pesca mercantil que muito difere das relações sociais ocorridas num passado próximo. O espaço da produção passa a ser mapeado segundo critérios técnicos que privilegiam pela eficiência em curto tempo, o desinteresse dos jovens filhos de pescadores pelo aprendizado do ofício, a reestruturação do espaço de moradia dos pescadores e o declínio da crença em narrativas míticas que conferiam sentido às ações no meio confirmam a proposição de que, na busca por novos meios de acumular capital, os pescadores das duas comunidades elaboram práticas sociais orientadas por uma racionalidade mais instrumental e eficaz em termos técnicos.

#### A RACIONALIDADE DA REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA: OUTRA FACE DA FRAGMENTAÇÃO DA PEQUENA PESCA MERCANTIL

A partir da década de 90, as duas comunidades experimentam uma reorganização do espaço da produção da pesca em virtude da especulação imobiliária e turística. O processo de reestruturação urbana compreende o que Smith (1996) define como essa produção social do espaço reverbera nas relações sociais entre sociedade-espaço. E essa relação de trocas interessadas não é pacífica, pelo contrário: são ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, na busca da eficácia e do lucro, no uso de tecnologias do capital e do trabalho (Santos, 2008).

Tornou-se comum as famílias de pescadores locais alugarem a casa por tempo determinado como meio de complementação da renda. A praia tornou-se espaço destinado ao lazer e objeto de cobiça de construtoras e redes hoteleiras, uma vez que a produção do espaço se realiza através do inculcamento de uma ideologia dominante e de fixação cultural no crescimento econômico (Gottdiener, 2010) como principal objetivo de comunidades afetadas por esse fenômeno social. Participar desse crescimento é “entrar na onda”, alugar casa e terrenos e até vendê-los para usufruir do capital disponível com a chegada dos que vêm de fora. Azevedo (2004) descreve as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX nas praias brasileiras, que deixaram de ser espaço de práticas sociais locais para abrigar os banhistas e turistas, que literalmente “invadiram” o que outrora era ignorado ou pouco explorado pelos “urbanitas”.



A cidade invade o campo, o urbano sucede ao rural, representado pelas fazendas, pelas roças, pelas povoações de pescadores. O trabalho investido sob a forma de morada e freqüência humana confere outra utilidade à terra (Azevedo, 2004:39).

Ao mesmo tempo, pressionados pelas especulações imobiliária e turística, muitos pescadores artesanais venderam suas casas à beira mar com a esperança de comprar uma embarcação maior para finalmente se livrarem da condição de meros trabalhadores fragmentados. Como se verá adiante, o entusiasmo e a expectativa de mudança durariam pouco tempo.

Por diversas razões, o desenvolvimento turístico representa um obstáculo considerável à continuidade da prática da pesca artesanal. Os espaços produtivos da pesca passam a ser disputados entre pescadores artesanais e turistas ávidos para usufruir, sem incômodos, das benesses do lugar. Em outro momento, na comunidade havia os moradores (em sua maioria, formada por pescadores ou parentes deles) e os veranistas que possuíam casa e identificação com o lugar; com a chegada do turista, as relações sociais que prevaleciam cedem espaço à lógica do entretenimento e do usufruto da praia como mera mercadoria ostentatória.

A praia e o rio, antes espaços sociais ocupados por famílias locais e *locii* de construção da identificação do pescador artesanal, enquanto categoria produtiva cedem lugar à ocupação de grandes hotéis, casas de luxo que impõem dificuldades à prática da pesca. Com a chegada em massa de “gente urbanizada”, as duas comunidades vivenciam uma modificação do seu tempo e espaço mas, ditados pela lógica do capital. Os campeonatos de kitesurf na orla de Barra do Cunhaú dificultam a prática da pesca de linha conforme relata a pescadora Dorinha:

Agora mesmo está tendo esse campeonato de kitesurf, a gente não pode pescar porque eles impedem a nossa pesca de tarrafa, eles não estão nem aí, o prefeito assina tudo... eu prefiro viver aqui... Barra do Cunhaú é um povoado pacífico, tem muito barulho na época de veraneio, tem as trilhas, os passeios de barco, os nativos não vão assistir (o campeonato de kitesurf) porque ninguém entende... (agosto de 2010).

O conflito com os costumes e modo de vida impostos pelos turistas e, no caso acima, na prática esportiva, gera insatisfação por parte de muitos pescadores das comunidades. Durante a maior parte do ano, o modo de vida das comunidades pesqueiras é relativamente pacato, calma que cessa com a chegada do verão. São hábitos e costumes, muitos mantidos pela tradição, que são verdadeiramente conflitantes com os valores impostos pelo turismo.

Outra peculiaridade imposta pelas especulações imobiliária e turística é o deslocamento espacial das moradias das famílias dos pescadores. Animados com a possibilidade de obter um capital considerável com a venda da casa, assentada

geralmente próxima ao mar, os pescadores artesanais, em sua maioria, só conseguem comprar terreno distante do espaço produtivo. Na maior parte das vezes, o capital conseguido com a venda da casa não possibilita concretamente, nem a compra da sonhada embarcação nem mesmo uma casa adequada ao seu modo de vida, e os “antigos vilarejos de pescadores e lavradores são suplantados por esses freqüentadores, formando movimentadas cidades balneárias” (Azevedo, 2004:57). Como nos informa Nildo, pescador de Baía Formosa:

Muito pescador vendeu a casa na beira da praia e foi morar nos fundos lá... isso aconteceu aqui e aconteceu também em Barra do Cunhaú... hoje terreno aqui custa muito caro... (colhido em abril de 2009).

No compasso dessas transformações sociais, há implicações na elaboração de valores e estilos de vida. Muitos pescadores artesanais abandonaram a atividade pesqueira para trabalhar com o passeio de turistas em embarcações antes utilizadas para a pesca. Os passeios custam por pessoa, em média, quinze reais. Esse fenômeno é bastante comum em Barra do Cunhaú. Em Baía Formosa, muitos deles hoje trabalham acompanhando os turistas nas dunas que circundam as praias mais distantes. Em meio a essas radicais transformações no espaço da produção pesqueira a categoria social do pescador de pequena produção comercial encontra-se *fragmentado* em virtude dos movimentos do capital especulativo que desfigura modos de vida comunitários por conta da sua lógica de acumulação capitalística.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, enfocamos a necessidade de discutir o processo de transformação por que passa a pesca de pequena escala comercial em termos de tecnologia, técnica e, conseqüentemente, de racionalidade econômica praticadas pelas populações costeiras. Em nosso estudo de caso aqui abordado, as comunidades costeiras de Baía Formosa e Barra do Cunhaú testemunham um processo irreversível de reestruturação do espaço de produção pesqueira, resultado da penetração de tecnologias eficazes que exercem mudança na organização social do trabalho pesqueiro (objetivada pela redefinição das atribuições do mestre na embarcação). Vimos também que esse processo de aperfeiçoamento da técnica de mapeamento do espaço produtivo não possibilitou em melhores condições de vida para os pescadores envolvidos nessas atuais mudanças.

É importante acentuar uma *démarche* significativa nesse processo de mudança: o espaço transformado e reestruturado nas comunidades investigadas não ficou restrito ao âmbito marítimo, onde o “construir-se pescador” efetiva-se e faz sentido

para os comunitários. Soma-se a isso a reorganização do espaço da terra, que sofre nos dois *loci* em questão a crescente valorização de terrenos próximos ao mar, resultando num processo de enobrecimento do espaço – antes dedicado ao usufruto dos que dali retiravam seus meios de existência e a possibilidade de produzir capital.

Nas duas comunidades, há a flagrante ruptura com o passado que é visto e enxergado como “difícil”, “sacrificante” e “incerto” a um presente que “torna-se mais difícil”, no entanto, dispõe-se de meios técnicos capazes de romper com a incerteza tornada concreta no passado pelos botes a vela, remos incipientes e o lento aprendizado para tornar-se mestre. Subjaz a isso e afirma-se como vetor de mudança social, a insurgência de uma racionalidade econômica que se contrapõe a todo um paradigma comunitário. Essa racionalidade econômica emergente que se afirma como caudatária da reprodução do capital oferece tanto riscos e incertezas quanto ganhos num mundo social cada vez mais pautado pela eficiência da técnica. Pescadores de Barra do Cunhaú e Baía Formosa, ao longo da história local, necessitaram adequar-se às mudanças ecológicas e econômicas, trabalhando como cortadores de cana, vigilantes, salineiros e no setor de serviços como forma de atenuar as difíceis condições de trabalho e de acumulação de capital propiciadas pela pesca. Paradoxalmente, as mudanças sociais vividas nos tempos atuais nas duas comunidades costeiras somente agravaram a divisão social e técnica do trabalho da pequena pesca de escala comercial, o que faz sugerirmos num quadro de fragmentação do trabalho pesqueiro. Fragmenta-se porque a divisão social do trabalho foi seriamente comprometida com a desarticulação da função do mestre enquanto liderança do “bote”. Segundo, porque a técnica implementada na esfera pesqueira redimensiona a própria finalidade do que é ser pescador, pois ele passa a ser mero instrumento submetido à técnica. Essa submissão a uma técnica impessoal e niveladora de “saberes socialmente referidos” torna a pescador costeiro numa categoria de trabalho fragmentada e despojada dos saberes que durante gerações foi transmitida oralmente. Com isso, convém lembrar, a praia, ao mesmo tempo terra e mar, espaço preñado de significados ambíguos, legalmente de domínio público diante da ordenação jurídica da sociedade, constitui-se no elo de apropriação dos recursos aí existentes pela terra. Sendo assim, a praia não é só o lugar onde está o pescador, mas onde mar e terra se conjugam (Kant de Lima, 1997), fundamento crucial para pensarmos nas sociabilidades e interações sociais no âmbito da Antropologia Marítima e no desenvolvimento histórico dessas apropriações no campo da cultura haliêutica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arce, Ricardo Sanmartín  
(1979) “Modo de vida y estrategias tradicionales de los pescadores de la Albufera de Valencia”, in Tomás, Maria Cátedra e Arce, Ricardo Sanmartín, *Vaqueros e pescadores: dos modos de vida*, Tradução Minha, Madrid, Akar Editor, pp. 99-169.
- Azevedo, Thales de  
(2004) *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos de vida*, Recife, Massangana, 379 pp.
- Baks, Chris e Postel-Coster, Els  
(1977) “Fishing communities on the Scottish east coast: traditions in a modern setting”, in Smith, M. Estellie (org.), *Those who live from the sea*”, New York, West Publishing Co, pp. 23-40.
- Béaud, Stéphane e Weber, Florence  
(2007) *Guia para a pesquisa de campo*, Vozes, Petrópolis, 235 pp.
- Breton, Yvan  
(1981) *L’anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur la naissance d’un sous-camp disciplinaire*. Québec, Department d’anthropologie, Université Laval. Disponível no site: <[http://classiques.uqac.ca/contemporains/breton\\_yvan/anthro\\_soc\\_pecheur/s/anthro\\_soc\\_pecheurs.html](http://classiques.uqac.ca/contemporains/breton_yvan/anthro_soc_pecheur/s/anthro_soc_pecheurs.html)>, Acesso em setembro de 2014.
- Britto, Rosyan Campos de Caldas  
(1999) *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*, EdUFF, Niterói, 265 pp.
- Brüseke, Franz  
(2010) *A modernidade técnica: contingência, irracionalidade e possibilidade*, Editora Insular, Florianópolis, 287 pp.
- Cavalcanti, Diego Medeiros Rocha  
(2010) *Mulheres nas águas: um estudo sobre relações de gênero na pesca*, 2010, Dissertação Mestrado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 100 pp.
- Clifford, James  
(2002) *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 319 pp.
- Diegues, Antonio Carlos  
(1983) *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, Editora Ática, São Paulo, 287 pp.  
(2004) *A pesca construindo sociedades*, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, São Paulo, 315 pp.

- Diegues, Antonio Carlos e Moreira, André de Castro  
(2001) *Espaços e recursos naturais de uso comum*, NUPAUP/HUCITEC, São Paulo, 294 pp.
- Durkheim, Émile  
(2000) *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*, Martins Fontes, São Paulo, 609 pp.
- Featherstone, M.  
(2000) *A globalização da mobilidade: experiência, sociabilidade e velocidade nas culturas tecnológicas*, pp. 47-111, in García, Erivelto B.; Lobo, Francis (editores), *Lazer numa sociedade globalizada*, SESC/WLRA, São Paulo, 624 pp.
- Geertz, Clifford  
(1973) *The interpretation of cultures*, Basic Books, New York, 470 pp.
- Giddens, Anthony  
(1991) *As conseqüências da modernidade*, Edunesp, São Paulo, 177 pp.
- Gil, Antonio Carlos  
(2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Atlas, São Paulo, 200 pp.
- Godelier, Maurice  
(1981) *Antropologia* (org.), Carvalho, Edgard de Assis, Ática, São Paulo, 208 pp.
- Gonçalves, Marco Antonio  
(2010) *Traduzir o outro: etnografia e semelhança*, Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 169 pp.
- Gottdiener, Mark  
(2010) *A produção social do espaço urbano*, Edusp, São Paulo, 310 pp.
- Haesbaert, Rogério  
(2011) *Territórios alternativos*, Contexto, São Paulo, 186 pp.
- IBGE  
(2010) *Censo de 2010*, dado disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, Acesso em 21 de setembro de 2011.
- Kant de Lima, Roberto  
(1997) *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*, EDUFF, Niteroi, 331 pp.
- Lukács, Georg  
(1979) *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, Editora Ciências Humanas, São Paulo, 174 pp.

- Maldonado, Simone Carneiro  
(1993) *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*, Annablume, São Paulo, 194 pp.
- Merlo, Márcia  
(2000) *Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar*, EDUC/FAPESP, São Paulo, 188 pp.
- Morin, Edgar  
(1998) *Método: o conhecimento do conhecimento*, Europa América, São Paulo.
- Ramalho, Cristiano Wellington N.  
(2006) *Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*, Polis, Campinas, SP: Ceres (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 175 pp.
- Ribeiro, Maria Auxiliadora Teixeira  
(2011) *Sentidos da pesca e a pesca dos sentidos: um estudo psicossocial para compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipióca, Maceió, Alagoas*, EDUFAL, Maceió, 262 pp.
- Santos, Milton  
(2008) *Técnica, espaço, tempo*, Edusp, São Paulo, 174 pp.  
(2009) *A natureza do espaço*, Edusp, São Paulo, 386 pp.
- Silva, Rubens Elias da  
(2011) *Sob o olhar do Pai do Mangue: ensaio sociológico sobre a relação homem–natureza mediada por uma narrativa mítica*, Ideia, João Pessoa, 186 pp.
- Smith, Neil  
(1996) *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*, Routledge, London, New York.
- Woortmann, Ellen Fensterseifer  
(1991) Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste, Brasília. Disponível no site <<http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie111empdf.pdf>>, Acesso em novembro de 2014.